

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.643 - MG (2018/0315508-9)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : RAI CARLOS XAVIER PEREIRA
ADVOGADOS : EDILSON VILARINO QUEIROZ - MG099684
WILLIAN CESAR GODINHO OLIVEIRA - MG168565

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA DE PRONÚNCIA. EXCLUSÃO, PELO TRIBUNAL A *QUO*, DA QUALIFICADORA DE MOTIVO FÚTIL. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão do Tribunal de Justiça daquela Unidade Federativa proferido no julgamento do Recurso em Sentido Estrito n.º 1.0486.14.001566-1/001.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau pronunciou o ora Recorrido como incurso no art. 121, § 2.º, incisos II e IV, do Código Penal (fls. 223-230).

Irresignada, a Defesa interpôs recurso em sentido estrito, ao qual a Corte de origem deu parcial provimento para afastar a incidência da qualificadora do motivo fútil, nos termos da seguinte ementa (fl. 297):

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO – HOMICÍDIO QUALIFICADO – ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA – LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA – NÃO CONFIGURAÇÃO – AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO, DE FORMA SEGURA, DE SUA OCORRÊNCIA – DECOTE DAS QUALIFICADORAS – POSSIBILIDADE COM RELAÇÃO AO MOTIVO FÚTIL – MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA – EXCLUSÃO DA PRONÚNCIA – RECURSO PROVIDO EM PARTE.

- Se os elementos de convicção coletados não indicam, de forma irretorquível, a ocorrência da alegada legítima defesa putativa, inviável o acolhimento da pretensão voltada para a absolvição sumária do denunciado.

- A conceituação do motivo fútil exclui circunstâncias que

possam ter causado exaltação ou revolta no agente. Por isso, a existência de inúmeras desavenças entre acusado e vítima, antes do evento criminoso, afasta a futilidade do móvel do homicídio."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 324-327).

Sustenta o *Parquet*, nas razões do recurso especial, contrariedade ao art. 121, § 2.º, inciso II, do Código Penal, bem como aos arts. 74, § 1.º, 413, *caput* e § 1.º, 414, *caput*, e 619, todos do Código de Processo Penal.

Pondera que, havendo dúvida razoável, tal qual ocorre na hipótese dos autos, a existência de anterior desavença entre o Acusado e a Vítima não se presta ao afastamento da qualificadora do motivo fútil, na medida em que tal desiderato é mister a ser exercido pelo Tribunal do Júri, sob pena de usurpação de competência.

Apresentadas contrarrazões (fls. 372-376).

Admitido o recurso na origem (fl. 379-382).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 393-396, opinando pelo provimento do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

O acórdão recorrido, na parte que interessa, está calcado nas seguintes razões de decidir (fls. 300-301; sem grifos no original):

"No tocante às qualificadoras acolhidas, sabe-se que, em sede de pronúncia, elas somente devem ser decotadas quando forem manifestamente improcedentes e de todo descabidas.

No caso em tela, como visto, não há dúvidas de que os disparos realizados pelo réu foram precedidos de ameaças mútuas, tanto é que o acusado narrou a existência de um contexto anterior de desavenças, o que foi corroborado pela comunicação de serviço de fl. 107/108.

Como cedo, a conceituação do motivo fútil exclui circunstâncias que possam ter causado exaltação ou revolta no agente.

Por isso, a ocorrência de inúmeras desavenças antes do evento criminoso, a meu sentir, afasta a futilidade do homicídio.

Desse modo, diante da manifesta improcedência da referida qualificadora, impõe-se a exclusão dela da decisão de pronúncia.

[...]

Com esses fundamentos, dou parcial provimento ao recurso, somente para excluir da pronúncia a qualificadora referente ao motivo fútil, ficando o réu pronunciado pela suposta prática do crime tipificado no art. 121§2º, IV, do CP."

Como se percebe, o entendimento adotado pelo Tribunal de origem não está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, segundo a qual as qualificadoras só podem ser excluídas quando, de forma incontroversa, mostrarem-se absolutamente improcedentes, sem qualquer apoio nos autos – o que não se observa na hipótese em exame –, sob pena de se invadir a competência constitucional do Tribunal do Júri.

Nesse sentido:

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO QUE IMPOSSIBILITOU A DEFESA DA VÍTIMA. AUSÊNCIA DE MANIFESTA IMPROCEDÊNCIA DA QUALIFICADORA. INCLUSÃO NA PRONÚNCIA. POSSIBILIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Segundo entendimento desta Corte, somente é cabível a exclusão das qualificadoras na sentença de pronúncia quando manifestamente improcedentes ou descabidas, sob pena de usurpação de competência do Tribunal do Júri.

2. No caso, não resta caracterizada situação excepcional apta a ensejar o afastamento da qualificadora do recurso que impossibilitou a defesa da vítima, devendo a decisão acerca da caracterização ou não da citada qualificadora ficar a cargo do Conselho de Sentença.

3. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1.059.130/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, julgado em 20/03/2018, DJe de 02/04/2018.)

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. JÚRI. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DECOTE DE QUALIFICADORAS. IMPOSSIBILIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não têm admitido o habeas corpus como sucedâneo do meio processual adequado, seja o recurso ou a revisão criminal, salvo em situações excepcionais, quando manifesta a ilegalidade ou sendo teratológica a decisão apontada como coatora.

2. Firmou-se nesta Corte o entendimento de que a exclusão de qualificadoras constantes na pronúncia somente pode ocorrer quando manifestamente improcedentes e descabidas, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri, juiz natural para julgar os crimes dolosos contra a vida, o que não se verifica na hipótese dos autos.

3. As qualificadoras não estão distorcidas do cenário processual, nem possuem fundamentação inidônea, na medida em que trata-se de tentativa de homicídio em razão de término de

relacionamento, constando nos autos depoimento do filho da vítima acerca do ciúme do seu pai. Motivo torpe aparente. Quanto ao recurso que dificultou a defesa das vítimas, estas podem ter sido surpreendidas pelo acusado, que passou a segui-las em via pública, posteriormente sendo empurradas ao chão, agredidas com facadas, e, assim, tiveram reduzidas as suas chances de reação e defesa.

4. A sentença de pronúncia tem cunho declaratório e finaliza mero juízo de admissibilidade, não comportando exame aprofundado de provas ou juízo meritório. Deve, portanto, o juiz apenas verificar a existência nos autos de indícios de autoria e materialidade, conforme mandamento do artigo 413 do CPP, o que foi adequadamente realizado. Em caso de dúvida quanto as qualificadoras, deve, portanto, o Conselho de Sentença solucionar a questão.

5. Habeas corpus não conhecido." (HC 466.209/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe de 13/11/2018.)

Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao recurso especial para restabelecer a decisão de primeiro grau (fls. 223-230).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora